

PÓS-DEMOCRACIA? FRENTE AO PESSIMISMO DA NOSTALGIA, O OTIMISMO DA DESOBEDIÊNCIA¹

POST-DEMOCRACY? AGAINST THE PESSIMISM OF NOSTALGIA, THE OPTIMISM OF DISOBEDIENCE

Juan Carlos Monedero²

<https://orcid.org/0000-0002-5566-9655>

Tradução de Gabriel E. Vitullo

<https://orcid.org/0000-0002-7019-8820>

RESUMO

Em tempos de crise, a compatibilidade entre capitalismo e democracia volta como um ponto de interrogação. A financeirização da economia, a desregulamentação econômica e a capacidade de lobby das grandes empresas são fatores que limitam a capacidade de gestão do Estado. Da mesma forma, a cartelização dos partidos políticos, a saturação audiovisual, o imaginário consumista hegemônico e a assunção do “capitalismo popular” pelas classes médias enfraqueceram o compromisso do pós-guerra com os valores social-democratas. Isso leva a um olhar nostálgico sobre a “democracia” perdida. Mas por trás da “pós-democracia” há um processo de maior profundidade: a centralidade da “pós-política”, que neutraliza o elemento central da democracia: o conflito.

Palavras-chave: Pós-Democracia; Pós-Política; Democracia; Capitalismo; Governabilidade; Governança; Conflito.

ABSTRACT

In times of crisis, compatibility between capitalism and democracy returns as a question mark. The financialization of the economy, economic deregulation and large pressure capacity companies are factors that limit the State management capacity. Likewise, the cartelization of political parties, audio-visual saturation, the hegemonic consumerist imaginary and the assumption by the middle classes of «popular capitalism» weakened post-war commitment with social-democrats values. This leads to a nostalgic look about the lost “democracy”. But

¹ Publicado em espanhol na revista *Nueva Sociedad*, n. 240 / julho-agosto 2012.

² Juan Carlos Monedero: Doutor em Ciências Sociais pela Universität Heidelberg, Professor de Ciência Política na Universidad Complutense de Madrid.

behind the “post-democracy” hides a process of greater openwork: the centrality of ‘post-politics’, which neutralizes the central element to democracy, the conflict.

Key-words: Post-Democracy; Post-Politics; Democracy; Capitalism; Governability; Governance; Conflict.

O que chamamos de “crise da democracia” não ocorre quando as pessoas deixam de acreditar em seu próprio poder, mas, ao contrário, quando deixam de confiar nas elites, naqueles de quem se espera que saibam por elas e que as orientem, quando experimentam a ansiedade que indica que “o (verdadeiro) trono está vago”, que a decisão é agora de fato sua (ŽIŽEK, 2010).

AS FRAGILIDADES DO “PÓS”

O uso do prefixo “pós” nas ciências sociais costuma responder a três razões: prudência, impotência ou ânimo ideológico. *Prudência*, quando se verifica que um acontecimento desfoca os seus contornos, incorpora nuances e anuncia novidades sem perder totalmente a sua condição original. *Impotência*, quando não se tem a capacidade de identificar se o velho se foi e se o novo já chegou, algo relacionado à turbulência da época e à dificuldade da análise para chegar ao cerne do que se quer definir ou para propor alternativas. E *ânimo ideológico*, quando se quer distrair a atenção para rebaixar um potencial conflito explicando que as mudanças são inevitáveis ou não tão relevantes, ou, na direção oposta, quando se quer deixar claro que algo que era positivo foi perdido e convém recuperá-lo para o bem da coletividade. Os “pós” costumam estar repletos de memória e de subjetividade.

As transformações sociais, políticas e econômicas são hoje objeto de estudo de diferentes disciplinas: ciência política, sociologia, história, filosofia, direito, economia, de forma que cada corpo do saber enfatize o que melhor conhece (a ciência política frequentemente sofre o ataque das modas, antontem psicológicas, ontem jurídicas, hoje filosóficas, talvez amanhã ligadas à neurociência). Para acabar de confundir as coisas, podemos descobrir que a partir dessas diversas intenções, escolas e formações, diferentes autores podem usar uma denominação idêntica – por exemplo, “pós-democracia” ou afins –, o que torna ainda mais difícil a interpretação.

Assim sendo, temos que a *pós-democracia* pode ser pensada como a situação em que se perdeu uma democracia anterior que se pressupunha ser de maior qualidade, até perfeita, vista do ângulo da perda (Colin Crouch, Daniel Bell); pode ser entendida como “contra-democracia” ou “impolítica” que leva à desafeição (Pierre Rosanvallon); pode ser usada para indicar um mundo em que conflitos sociais essenciais foram dissolvidos, de modo que a política pode e deve ser relaxada; pode ser entendida como a saída economicista do “trilema da economia mundial”, ou seja, a renúncia à democracia diante da dificuldade de conciliar soberania nacional, Estado social e democracia em tempos de

globalização (Dani Rodrik); pode ser entendida como a superação da democracia de partidos nos novos tempos (comumente chamada de *governança*) (Jan Kooiman; B. Guy Peters; Renate Mayntz; Luis F. Aguilar); pode ser definida como o momento político que se corresponde com o momento social em que os valores materiais deram lugar aos valores pós-materiais (Ronald Inglehart); pode ser vista como a resposta ao desenvolvimento tecnológico e à obrigação de aplicar as novas tecnologias à gestão política; pode ser vista como uma reclamação contra a política “populista”, entendendo esse conceito de forma pejorativa (Manuel Alcántara, Ludolfo Paramio); pode ser vista como a impossibilidade da democracia devido ao estado de exceção permanente originado no modelo capitalista e que gerou “condensações oligárquicas” (Walter Benjamin, Giorgio Agamben) ou como a impossibilidade da democracia colonizada pela *modernidade líquida*, que não permite que os sujeitos políticos se solidifiquem ou assaltem um poder também definido como “líquido” (Zygmunt Bauman); pode ser vista como o esgotamento da democracia parlamentar enquanto fonte de autorização política, toda vez que as matérias sujeitas a eleição veem-se radicalmente reduzidas, ou pelo fato de as eleições que não se estigmatizam serem aquelas em que simplesmente se dirimem dois matizes de um mesmo referente e não realmente opções de maior fôlego (conforme demonstrado pelas eleições na Grécia em junho de 2012). E também, na que é certamente sua explicação mais frutífera, a *pós-democracia* (como um correlato necessário do fim da política) pode ser entendida como a sempiterna tentativa liberal de empurrar a política para um lugar neutro, a fim de proclamar a morte do antagonismo político e a resignada aceitação do reformismo político e da economia de mercado (Chantal Mouffe, Jacques Rancière, Slavoj Žižek, Alain Badiou, Claude Lefort, Ernesto Laclau).

Diante desse variegado conjunto de possibilidades, abre-se a seguinte difícil questão: será possível encontrar algo em comum em todo esse corpo intelectual?³

PONTOS DE ENCONTRO DA DEMOCRACIA PERDIDA

A luta pela democracia iniciada em 1917 foi resolvida na década de 1970. 1973 marca a falência do keynesianismo, o início do atraso tecnológico na União Soviética e seus satélites e o começo do que seria a hegemonia neoliberal. Os anos 1980 foram os de uma alongada “década conservadora”, que veio para ficar. Os anos 1990 constituíram, devido à própria arrogância dos vencedores, uma década contraditória no que diz respeito à democracia. Por um lado, havia quem festejasse a queda definitiva da URSS e o fim da Guerra Fria como o triunfo inquestionável da democracia liberal. Se a obra mais emblemática nesse sentido é *O Fim da história e o último homem*, de Francis Fukuyama (1992), toda a produção em torno das *transições para a democracia* (com a obra compilada por Guillermo O’Donnell, Phillipe C. Schmitter e Lawrence Whitehead [1988] como figura de proa) estava

³ Para um desenvolvimento mais concreto dessas diferentes interpretações, ver Monedero (2011, especialmente p. 179-222). Para o fechamento democrático no caso de eleições em que se dirimem opções realmente diferentes, ver Monedero (2012a; 2012b).

indo na mesma direção. *A terceira via* de Anthony Giddens (1998), em que a social-democracia era convidada a abraçar o liberalismo econômico após ter feito o mesmo depois da guerra mundial com o liberalismo político, forneceu a justificativa que os partidos da Internacional Socialista buscavam para serem plenamente sistêmicos.

Se tivéssemos que resumir o motivo comum de todas essas obras, funcionais à lógica da Guerra Fria (e ao discurso da modernização), o encontraríamos na proposta de Samuel P. Huntington (1975), já apontada em 1968, de promover um nível de participação popular que sempre estivesse abaixo do nível da institucionalidade existente. Tornou-se lugar comum o pressuposto de que havia “excessos de democracia” e “excessos de demandas” ao Estado que geravam ingovernabilidade⁴. Se a democracia liberal havia vencido a luta contra a Cortina de Ferro, seu modelo era invariavelmente a referência a seguir. Os escombros do Muro de Berlim caíram em cima de toda a esquerda, que ficou sem alternativa, mesmo tendo marcado distâncias com o Gulag soviético. O “cliente” tomou o lugar do “cidadão”, a “racionalidade da empresa” expulsou a “ineficiência do Estado”, a “modernização” substituiu a “ideologia”, o “privado” foi valorizado como acima do “público” e o ‘consenso’ deslocou o ‘conflito’. O filme daquela década foi *Crimes e pecados* (*Crimes and Misdemeanors*, 1989), de Woody Allen: os predadores vencem, os solidários perdem e uma glória sem má consciência acompanha o sucesso dos vencedores. Ainda faltava uma década para que fosse filmado *Inside Job*, de Charles Ferguson (que recebeu o Oscar de Melhor Documentário, em 2011, e narra a loucura daqueles anos).

No entanto, não foram menos os textos que reagiram à arrogância liberal e criticaram o sepultamento da democracia realmente existente que se seguiu à queda do Muro de Berlim. Com um tom em geral descritivo, esses trabalhos observavam as “novas regras do jogo”, vinculando a crise das democracias ao desenvolvimento da globalização e à perda de valores que, vistos de longe, pareciam ter gozado de uma situação paradisíaca no passado. A Guerra Fria tinha feito esquecer que foi o antifascismo – com forte influência no constitucionalismo do pós-guerra – que delineou os contornos dos Estados sociais e democráticos de direito (FERRAJOLI, 2011). O esquecimento das bases bélicas da democracia europeia – isto é, do conflito – foi enfraquecendo sua defesa. A oferta de um “capitalismo popular” de parte de Margaret Thatcher acabou atingindo a base trabalhista, como a partir daí aconteceu também nos demais países que imitaram o modelo. Em 1993, Jean-Marie Guéhenno (1995) publicou *O fim da democracia*, livro “melancólico” no qual vinculava o fim das nações ao fim de um ciclo que teria iniciado em 1789. A nova lógica imperial do modelo global desregulamentado sepultava a ilustração e a democracia, de tal forma que era necessário inventar elementos – como a bioética ou a ecologia – para dotar de sentido um mundo que parecia tê-lo perdido: “Não existe, pois, receita política para enfrentar os perigos da era pós-política. É neste sentido que a revolução a realizar é de ordem espiritual” (GUÉHENNO, 1995, p. 137).

As dificuldades em levar a discussão para a economia política frearam os resultados. Poucas foram as análises que entraram em explicações estruturais que dessem conta de

⁴ Para uma crítica da governamentalidade, ver Offe (1988).

por que as classes dominantes decidiram prescindir do modelo democrático que lhes era funcional desde o fim da Segunda Guerra Mundial e por que os cidadãos consentiram com tal expropriação. Ao contrário, manifestou-se uma nostalgia “social-democrata” que não terminava de achar seu caminho por ter dificuldades em identificar o sistema capitalista e sua lógica como responsáveis pelo fim da “era de ouro” da social-democracia (nas palavras de Ralf Dahrendorf). As explicações da crise de 1973 optavam por buscar variáveis exógenas – como o aumento do preço do petróleo causado pela guerra árabe-israelense – ao invés de contemplar questões estruturais como a queda da produtividade, as pressões salariais dos trabalhadores fordistas, a oligarquização dos partidos ou as pressões desreguladoras do capital acumulado e condenado pelo keynesianismo às fronteiras nacionais. Do mesmo modo, preferiu-se apostar numa idílica recuperação do mundo do trabalho (sem assumir fórmulas claras que afetassem a estrutura social, como a distribuição de tarefas, a redução da jornada de trabalho ou um salário universal cidadão) ou em uma recomunitarização social que permanecesse dentro do quadro constitucional vigente e da lógica burocrática do Estado de partidos⁵.

A *lamentação* pelo paraíso perdido desde a perspectiva social-democrata presta boa parte de sua atenção à “desafeição” cidadã (que vê como um perigo e nunca como uma oportunidade), ou seja, ao distanciamento dos cidadãos do sistema e de seus gestores, expressada principalmente num afastamento eleitoral e na avaliação negativa da política institucional. Essa queixa se enquadra, portanto, nas teses da *governamentalidade* típicas do pensamento conservador: o relevante seria o processo de governo e sua eficácia, e não a legitimidade da política (explodindo, assim, 25 séculos de reflexão sobre o assunto). Tudo isso em sistemas, inclusive, nos quais as classes sociais continuam tendo uma forte marca e que sustentam boa parte de seu bem-estar na desigual inserção no mercado mundial. Num gesto consubstancial com o tom melancólico da reflexão sobre a pós-democracia, insiste-se num passado idílico e distante da realidade. Na expressão de um dos principais defensores do conceito de “pós-democracia” como uma democracia perdida, o inglês Colin Crouch (2004):

a pós-democracia pode ser entendida desta forma: [...] o abandono das atitudes excessivamente respeitadas para com o governo, particularmente no tratamento dispensado aos políticos pela mídia; a insistência na abertura total por parte do governo; e a redução dos políticos a uma figura mais parecida com a de um lojista do que à de um governante, sempre tentando adivinhar os desejos dos “clientes” para manter o negócio nos trilhos⁶, (CROUCH, 2004, p. 36-37).

⁵ Uma leitura interessada das obras de Colin Crouch (2004), *Pós-democracia*, e de Emmanuel Todd (2008), *Depois da democracia*, pode ser vista em Enrique Gil Calvo (2012). Acrescentemos que estas análises sobre os problemas da esquerda social-democrata europeia ou estadunidense não contemplam os países empobrecidos nem os emergentes.

⁶ Embora seja verdade que Crouch posteriormente contempla o desmantelamento do Estado social, o papel das elites empresariais e sua influência no Estado e na mídia, e assume que ainda existem classes sociais, ele novamente vincula o conceito ao problema do distanciamento cidadão da política institucional (o que o autor define sem nuances como “distanciamento da política”). Quando um culpado é necessário, a globalização vem à tona. A crítica à “pós-democracia” costuma recair na busca de um capitalismo com rosto humano, algo que não passa de mais um oxímoro da época.

O real vazio da democracia, para além do olhar nostálgico de um passado idealizado, se expressa de maneira crua na persistência ou no aumento das desigualdades, no aprofundamento do fosso entre Norte e Sul, na devastação ambiental, no desemprego e na precariedade do mundo do trabalho, na permanência de “zonas marrons”, onde o Estado não atua e onde a violência urbana e a violência contra as mulheres são a norma, no oligopólio da mídia, na ausência de reformas agrárias, na exclusão, na feminização da pobreza, no aumento das doenças, nas diferentes expectativas de vida em função do lugar social e do acesso aos bens públicos, no aumento do orçamento para repressão e na aposta na guerra como solução de conflitos. Em última análise, esse vazio está vinculado a questões que dizem respeito ao diferente lugar que se ocupa no campo da produção e da reprodução social, tanto nacional quanto internacionalmente. A pergunta pertinente não é, portanto, se os cidadãos estão se afastando dos partidos políticos, mas como é possível que a ideia de democracia, depois de uma guerra com 60 milhões de mortos, travada em seu nome, tenha sido tão dilapidada nas sociedades ocidentais do Norte e, a partir daí, no restante do planeta. A questão pertinente, então, é: a democracia é compatível com o capitalismo?

A AMABILIDADE DA TEORIA LIBERAL

A democracia, como forma de governo em que os interesses do conjunto do povo são atendidos publicamente, com o próprio povo participando do processo de tomada de decisões, tem mantido, desde a Revolução Francesa, uma teoria e uma prática divergentes. Todo o *corpus* liberal construído em nome da liberdade e contra o absolutismo monárquico durante os séculos XVII, XVIII e XIX pugnou constantemente com a “aristocratização” da burguesia e a restrição das liberdades, uma vez que se tornou uma classe hegemônica. Basta lembrar como já Napoleão tentou acabar com a independência do Haiti ou como as revoluções de 1830 e 1848 reivindicaram com as armas a “liberdade, igualdade e fraternidade” negadas na realidade ao grosso da população. Da mesma forma, os processos de independência da América Latina sempre estiveram atravessados pelo conflito que supunha a incorporação dos “de baixo” aos processos políticos. A burguesia como classe em ascensão construiu o mito do progresso e, com a ajuda de sua visão positiva da natureza humana – contrária ao pessimismo antropológico que dá primazia ao político –, fez do conflito algo que deveria ser banido. As contribuições de Emmanuel Sieyès sobre a qualificação dos representantes, ou a aposta de Benjamin Constant pela liberdade privada dos modernos – em contraposição à liberdade pública dos antigos – foram marcos importantes na “despolitização” da política, isto é, na conversão da política em um campo supostamente neutro, onde a gestão administrativa eficaz devia eliminar as lutas entre diferentes grupos⁷.

⁷ Boaventura de Souza Santos e Leonardo Avritzer traçaram a genealogia do esvaziamento do conceito de democracia, apontando como marcos centrais a rejeição da participação popular em Huntington, a defesa da apatia em Anthony Downs, a redução da discussão política à discussão entre as elites, o problema de escalas em Norberto Bobbio ou a limitação da análise política aos desenhos eleitorais em Arend Lijphart. O resultado final seria “democracias de baixa intensidade”. Ver B. de Sousa Santos e L. Avritzer (2002).

SABER O QUE É A POLÍTICA PARA SABER O QUE É A DEMOCRACIA

Isto nos leva a entender que a pergunta pela pós-democracia é, na verdade, a pergunta pela política. Se perguntássemos o que haveria de se tirar de uma sociedade para que a economia desaparecesse, a resposta quase óbvia seria: a escassez. Numa sociedade em que tudo fosse abundante, não haveria necessidade da economia (aliás, há cem anos não havia a economia da água nem a do ar). A essência da economia é, portanto, a escassez. Na mesma direção, poderíamos nos perguntar: de que deveria prescindir uma sociedade para que a política desaparecesse? A resposta iria na mesma direção: tire-se o conflito de uma sociedade e a política desaparecerá. Em ambos os casos, isso não significa que o objetivo da economia seja gerar escassez, da mesma forma que o objetivo da política não é gerar conflito (como mal interpretam os que confundem a condição filonazista de Carl Schmitt com o realismo de suas análises). Em ambos os casos, esses subsistemas sociais procuram resolver (não perpetuar) esses problemas ligados à vida do ser humano em grupo. Como seja a economia de um grupo ou como se desenvolva a política vai depender das relações concretas dos membros de cada grupo, sendo o único elemento objetivo o compreender que a vida comunitária do animal social que é o ser humano tem por objetivo “driblar” a morte (no plano material e no plano simbólico). Vivemos em sociedade porque somos animais sociais e, também, para viver e morrer melhor. Daí que quando a vida está em risco, a obediência social deixa de ser uma escolha⁸.

Entender que o que define a política é o conflito potencial (e desvios da obediência) não é apostar na desordem constante: é entender que nos coletivos humanos, enquanto houver desigualdades, a tensão política será sempre a protagonista. É assim que podemos definir a política: como aquele âmbito do social ligado à definição e articulação de objetivos coletivos de cumprimento obrigatório. É político o que afeta o coletivo de forma imperativa. É consenso e dissenso. Algo consubstancial à vida social do ser humano, a sua condição de *zoon politikon*, ao fato de que somos indivíduos, mas que só sobrevivemos em grupo. Política é *polis* e *polemos*, objetivos comuns e coação. Mas a essência da política, o movimento, seu motor dialético, é o conflito motivado por vontades confrontadas. Sem conflito e poder, não podemos falar de política. O político implica a probabilidade da obediência e a certeza do uso da força em última instância para alcançá-la. Por isso, durante quase 200 anos, política e Estado foram entendidos como sinônimos (embora hoje saibamos que o Estado não mais esgota o político). É assim como podemos entender com mais clareza a diferença entre “a política” e “o político”. Trata-se de um *continuum* em um de cujos extremos estaria “a política” – como substantivo –, entendida como aqueles momentos em que *toda* a comunidade se envolve na definição e articulação coativa dos objetivos comuns e, a partir daí, na gradação descendente, chega-se ao outro extremo onde se situa “o político” – agora como adjetivo –, entendido como tudo aquilo que é concreto e cotidiano ligado à gestão dos assuntos comuns obrigatórios⁹.

⁸ Isso se entende com uma teoria relacional da sociedade (a sociedade são as relações dos indivíduos pautados pelo objetivo de obter e dar sobrevivência material e segurança simbólica), o que evita as excessivamente enredadas discussões sobre se a sociedade tem ou não tem um fundamento e, aliás, deixa claro que o político, entendido como conflito, é consubstancial àquela vida social na que todos são movidos por um mesmo objetivo. Ver Donati (2002; 2006).

⁹ Outro problema adicional tem a ver com o fato de que, segundo os autores, esses conceitos são intercambiáveis. O que importa, para além dos nomes, é entender que a convivência social está necessariamente atravessada pelo conflito e, no extremo, implica pôr em

A NEUTRALIZAÇÃO DO POLÍTICO

A burguesia como classe sempre procurou apresentar seus próprios interesses como interesses da humanidade, sua dominação como resultado do livre jogo da competição, e a política, representada no Estado, como um âmbito perigoso e violento, inimigo do lugar amável do individualismo e a propriedade privada. (Ainda em 1937, George Sabine [1994], no último parágrafo de sua monumental *História da teoria política*, afirmava que os princípios da democracia liberal “são o melhor que criou a sabedoria da tradição democrática para humanizar a política internacional”. Nesse momento, a América Latina, a Índia ou a África estavam submetidas colonialmente).

Por trás desse processo está o que Carl Schmitt chamou em 1927 de “neutralização do político” pelo social, ou seja, a colonização do conflito inerente ao político pela suposta neutralidade da tecnologia, com o consequente deslocamento da luta para a arena do econômico, já definida como mera “competição”. O sucesso da sociedade industrial ia conseguir uma “virada” para o econômico, de modo que o espaço central de referência social – que tinha estado no teológico no século XVI, na racionalidade científica no século XVII e no humanismo no século XVIII – foi se inclinando, a partir do século XIX, para o econômico, para uma economia marcada pelo tecnológico no século XX e, portanto, definida pela ideia de neutralidade. É neste âmbito onde surge a reflexão sobre o “fim da política” ou o advento da “pós-política”, aquele momento em que a ausência do conflito como discurso não leva a que as vítimas deixem de existir, mas sim à falta de explicação para sua morte civil. Nessa leitura, a democracia deixa de ser o “poder” do *demos* para definir um *demos* parcial composto apenas pelos vencedores da competição social¹⁰.

A INFINITUDE DO CONFLITO: NÃO HÁ DEMOCRACIA SEM POLITIZAÇÃO

A essência da política é a probabilidade de obediência, a assunção de que sempre há conflito, pois sempre há um movimento provocado pelo anseio imitativo de igualdade. O conflito é o que põe em movimento às sociedades, dado que sempre existe essa tensão para não morrer em nenhuma de suas vertentes (perder a vida por falta de condições materiais ou ser assassinado; não se reproduzir; ter uma vida ruim conforme os parâmetros do lugar e do momento social; ou não possuir remédios simbólicos para a morte, na

jogo a própria vida para se defender de quem está disposto a arriscar a dele para derrotar tua ideia (mesmo em momentos de paz, esse conflito está presente quando se defende uma Constituição – ou a própria democracia – de seus inimigos). Ao lado desse extremo (que, como diz Sheldon Wolin [1996], é “episódico, raro”), estão todos os elementos que derivam desse quadro geral, que são mais cotidianos (a “política” que, seguindo Wolin, é “contínua, incessante e infinita”), elementos que não são agônicos, que têm por trás a ideia do político, mas que não o vivem com dramatismo (assim como comer todos os dias não se torna, para quem tem a sorte de poder fazê-lo, numa luta desesperada contra a escassez). Essa diferenciação entre a política e o político está a serviço da recuperação da essência conflituosa da convivência humana. O relevante é entender que, se se perder a condição conflituosa do político, dificilmente haverá instrumentos para defender a democracia. Ver Wolin (1996).

¹⁰ Schmitt (1987). Para a revisão filosófica da diferença entre política e político, ver Marchart (2009).

forma de religião, nação ou sentido). O conflito é um equilíbrio instável de seres humanos que vivem no tempo, ou seja, que envelhecem, que perdem constantemente energia no caminho para a morte. O conflito existirá enquanto houver seres humanos que pensem que merecem algo e não o têm.

Presumivelmente, então, sempre haverá conflito, exceto em um futuro cujos contornos de perfeição não deixam, também, de produzir inquietação. A democracia não é possível sem a politização. Assim que algo deixa de estar politizado, vale dizer, no momento em que fica fora do conflito por ser considerado *patrimônio comum e compartilhado*, abre-se a porta para quem não acredita nessa regra ou para quem prefere se beneficiar dessa flexibilização para infringi-la (é assim como tem sido esvaziado o conteúdo da democracia). Por outro lado, se a sociedade está politizada, ela sempre está “acordada”, em vigília para evitar esses comportamentos. Uma maior politização implica, portanto, uma maior possibilidade de avançar na emancipação. Em sentido contrário, despolitizar é abrir a porta para o retrocesso social. Despolitizar é particularizar, deixar de pensar nas implicações coletivas de um assunto. Como é bastante provável, conforme demonstrou Albert O. Hirschman (1982) em *Interesse privado, ação pública*, que as sociedades oscilem entre os dois extremos quando deixadas à própria sorte, a única possibilidade de evitar que recuem para a vida privada é mantendo a politização social, fazendo com que a tensão fique acordada. Fazer da corresponsabilidade uma obrigação. Ignorar não é um direito. Precisamente o oposto do que oferece a sociedade do entretenimento e do espetáculo, isto é, das nossas sociedades “audiovisualmente saturadas”. A tarefa de transformação social implica compreender a necessária tensão entre o indivíduo e o coletivo, e usá-la para aumentar a liberdade e a justiça, ou seja, a emancipação. Politizar sem cair no totalitarismo; respeitar a condição individual sem alimentar a insolidariedade e o egoísmo (MONEDERO, 2011). Politizar para reconstruir a democracia, acorde com as novas realidades do século XXI. Só quando se assume criticamente a ideia de pós-política é possível compreender os traços autoritários que acompanham algumas das definições da pós-democracia (a entrega da gestão coletiva aos “especialistas”, a externalização das decisões, a burocratização dos partidos, o governo das grandes empresas ou, trazido para a crise atual, o domínio absoluto da economia financeira sobre a realidade social).

O CAMINHO DA PÓS-DEMOCRACIA: DA CRISE DE LEGITIMIDADE À CRISE DE GOVERNABILIDADE

A partir do final dos anos 1970, começou-se a construir no mundo ocidental uma nova prática social, econômica e política que iria mudar a face do planeta. Embora por um lado tenham crescido os regimes formalmente democráticos, a qualidade da democracia (sua condição real de *governo para o povo*) piorava seus índices. O crescimento dos regimes antidemocráticos depois de 1989 – especialmente na Ásia e na África

– agravava o problema, ao tirar das diferentes cidadanias a possibilidade real de reivindicar os benefícios dessa forma de governo (participação cidadã, rendição de contas, estabilidade institucional, publicidade, segurança, liberdade e bem-estar) (SCHMIDT, 2001). As crises recorrentes do sistema econômico capitalista não desaguavam, como afirmava certo marxismo idealista, na falência final do sistema, embora seja verdade que o leque de soluções para superar as crises de subconsumo ou de superprodução tem se tornado cada mais estreito.

Como precursor desta nova *grande transformação* (contrária à intervenção do Estado na economia) operou o renovado senso comum, criado nos centros de pensamento neoliberais, aos quais se incumbiu a tarefa de deslegitimar os discursos coletivos, fomentar o individualismo e quantificar e argumentar sobre o esgotamento do Estado de Bem-Estar e das propostas transformadoras. Era o momento do “capitalismo popular” e da recuperação da mão invisível, da autorregulação mercantil e dos “vícios privados, virtudes públicas”. Se na década de 1930 havia-se começado a entender a necessidade de criar mecanismos reguladores do capitalismo que fechassem o caminho para as guerras mundiais (é o que Karl Polanyi chamou de *grande transformação* e que ia do *New Deal* estadunidense à industrialização por substituição de importações latino-americana, passando pelo planejamento, os Ministérios da Indústria europeus ou as missões sociais da Segunda República Espanhola), o impulso neoliberal desencadeado com as crises do petróleo de 1973 e 1979 operou na direção oposta. Foram os anos da “cruzada” neoliberal e anticomunista liderada por Thatcher na Grã-Bretanha, Ronald Reagan e George Bush nos Estados Unidos, Helmut Kohl na Alemanha, João Paulo II no Vaticano (não à toa era o primeiro Papa polonês na história, coincidindo com a primeira oposição triunfante à hegemonia soviética realizada pelo sindicato Solidariedade). Essa luta contra a esquerda social e política acabaria por atropelar o socialismo e a esquerda como um todo, seja porque renunciaram a boa parte de seu ideário (François Mitterrand, Felipe González, Miguel de la Madrid, Carlos Salinas e Ernesto Zedillo, Carlos Andrés Pérez, o peronismo, terceiras vias etc.), seja porque colapsariam eleitoralmente ao serem vistas como forças do passado (partidos comunistas e pós-comunistas).

Enquanto o Ocidente podia paliar parcialmente esse processo (sem excluir zonas importantes de sua população) graças ao seu domínio econômico sobre amplas camadas do planeta, isso não era possível no Terceiro Mundo. Daí que uma vez posto a funcionar o Estado social na Europa, havia que convencê-lo a que não abandonasse as coordenadas de subordinação e que, ao mesmo tempo, tampouco reivindicasse os níveis ocidentais de inclusão. O recurso foi o conceito de “desenvolvimento”, princípio que une as ideias de civilização e progresso como um poderoso recorte da realidade que fecha o passado e o futuro. Muitas vezes, o desenvolvimento nada mais foi do que uma estratégia de controle, e as ONGs, supostamente organizações éticas da sociedade civil, nada mais são do que organizações cuja missão é *desenvolver* o Terceiro Mundo. Daí que essas entidades, que pareciam substitutos emancipatórios dos partidos, com frequência foram, na verdade, o cavalo de Troia do neoliberalismo posterior (GÓMEZ GIL, 2004).

Mas o modelo neoliberal necessariamente aprofunda o fosso social. Quando a “democracia liberal” se tornou “liberalismo democrático”, no qual o “governo do povo” foi substituído pelo “governo dos políticos”, começou-se a cozinhar um mal-estar que tomou forma na linguagem política. Essas carências do substantivo da democracia tentaram ser resolvidas com reforços adjetivos. Por isso, passou-se a falar em “déficit democrático” e a acompanhar o termo “democracia” com qualificadores como “delegativa”, “de baixa intensidade”, “incompleta”, “incerta” ou, na exacerbação do paradoxo, “autoritária” (NUN, 2001). Na expressão de Boaventura de Sousa, estamos perante sociedades formalmente democráticas e socialmente fascistas. Com o nome de democracia, mas com práticas totalitárias que se medem numa exclusão que pode atingir a mais da metade da população (essa realidade, que parecia estritamente periférica, na primeira década do século XXI chegou ao centro, como demonstraria o furacão Katrina nos EUA, ou à semiperiferia, como indicam os números do desemprego e da pobreza na Grécia, em Portugal ou na Espanha). A ideia de sociedades formalmente democráticas e socialmente fascistas (o que não se deve confundir com o fascismo político dos anos 1930) coincide com alguns aspectos da chamada “pós-democracia” – em sua vertente nostálgica –, mas compreende que há um princípio de causalidade entre o sistema capitalista e o esvaziamento da democracia que ocorre quando estão em questão a taxa de lucro ou o privilégio dos setores predominantes¹¹.

A DEMOCRACIA PODE PERMANECER A MESMA QUANDO MUDA A ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA?

As suspeitas frente a todos os neologismos não devem nos fazer esquecer que a melhor armadilha sempre tem algo de verdade. Daí que não possamos afirmar que não tenham se produzido mudanças na esfera política, mudanças que estão transformando as estruturas básicas da política. Para além dos aspectos puramente ideológicos (que analisaremos mais adiante), parece haver um consenso de que existem novas formas de governo (embora não se presuma que estejam ao mesmo nível), típicas de uma situação diferente, que necessariamente deverão incorporar os seguintes agentes:

¹¹ Para a caracterização do fascismo social, ver Boaventura de Sousa Santos (2010), quando diz: “Não se trata do regresso ao fascismo dos anos trinta e quarenta do século passado. Ao contrário deste último, não se trata de um regime político, mas antes de um regime social e civilizacional. Em vez de sacrificar a democracia às exigências do capitalismo, promove a democracia até o ponto de não ser necessário, nem sequer conveniente, sacrificar a democracia para promover o capitalismo. Trata-se, pois, de um fascismo pluralista e, por isso, de uma forma de fascismo que nunca existiu” (SANTOS, 2010, p. 333). Os fascismos sociais seriam de sete tipos: o fascismo do *apartheid* social; o fascismo do Estado paralelo; o fascismo paraestatal; o fascismo territorial; o fascismo populista; o fascismo da insegurança; e o fascismo financeiro (o mais virulento). Ver também Boaventura de Sousa Santos (2006).

- a) a administração central;
- b) outros atores políticos institucionais subnacionais e supranacionais (administrações locais, regionais e municipais, organizações públicas internacionais, entidades regionais – União Europeia, Mercosul, NAFTA, ALBA –);
- c) órgãos públicos de gestão privada (os chamados “quangos”, órgãos quase-governamentais, mas que ocupam parcelas crescentes da administração e que permanecem fora do controle da fiscalização eleitoral, como bancos centrais, comissões de bolsa, órgãos de energia, etc.);
- d) atores políticos não estatais de natureza pública (sindicatos, associações, ONGs, coletivos sociais, movimentos cidadãos, igrejas, redes universitárias e científicas);
- e) atores políticos não estatais de natureza privada (empresas transnacionais, organizações privadas internacionais, grupos de interesse, entidades patronais, agências de avaliação, etc.; aqui também caberiam as redes criminosas de alcance mundial capazes de determinar políticas públicas).

Além disso, ao invés do funcionamento hierárquico estatal, o político incorporaria um trabalho horizontal em que as redes organizativas seriam decisivas, dado que os *centros de gravidade* social teriam desaparecido ou não seriam reconhecidos como tais. O discurso da pós-modernidade centrado no questionamento de um *centro de referência* social de validade coletiva mostra-se aqui substancialmente correto, fazendo com que a política deva contemplar também outros agentes sociais e obrigando a um repensar da ideia de soberania e da ideia de democracia (VON BEYME, 1994). No entanto, uma questão permanece sem resposta: a quem corresponde a representação dos interesses coletivos, uma vez o Estado destituído dessa tarefa?

Nestas novas formas do público é comum que se apresente e use o conceito de *governabilidade*, supostamente depurado de conotações ideológicas. Tratar-se-ia da simples possibilidade do exercício pacífico e consensual do poder político, da capacidade de conseguir obediência (hegemonia), acumulação econômica e confiança entre os cidadãos. No entanto, essa ideia de *ordem e consenso* (ausência de conflito) que incorpora a governabilidade é o cerne ideológico que mais tarde se transladaria a outra palavra curinga, “*governança*”. Como se vê, nesta viagem, corre-se o risco tanto de assumir a retirada do Estado como articulador do interesse comum, como de aceitar uma concepção de sociedade civil complacente, que perdeu a sua capacidade crítica e o impulso social transformador.

A ideia de governo que colherá finalmente o conceito de *governança* estava claramente expressa em uma obra já clássica de James Rosenau e Ernst-Otto Czempiel (1992), eloquentemente intitulada *Governance without Government: Order and Change in World Politics*. Neste trabalho, resenhava-se como a economia estava se tornando cada vez mais global sem que isso significasse que fosse acompanhada por formas democráticas de governo igualmente mundiais. A gestão política já não era assunto que incumbisse aos Estados.

EM DEFESA DA INGOVERNABILIDADE: PARA ALÉM DA PÓS-DEMOCRACIA

A *ingovernabilidade*, em suma, é o conceito com o qual se pretende justificar a falência de pelo menos quatro bens públicos: a *legitimidade democrática* (outorgada pelo Estado democrático); o *bem-estar social* (outorgado pelo Estado social); a *segurança jurídica* (outorgada pelo Estado de direito) e a *identidade cultural* (outorgada pelo Estado nacional ou plurinacional). No discurso da ingovernabilidade, o problema não é a falência dessas redes de segurança institucional, mas sim as dificuldades para que se mantenham o sistema de dominação e a obrigação política dos cidadãos.

Daí que o impulso social (da Praça Tahrir no Egito ao movimento dos indignados na Espanha, de #yosoy132 do México ao *Occupy Wall Street* em Nova York, da Praça Syntagma em Atenas ao movimento estudantil chileno) implique uma *reinvenção da democracia e do Estado*. Esse impulso deve funcionar como uma solução superadora do momento anterior. Deve-se notar que, como ensinou o instrumental marxista, o capitalismo resolve suas crises recorrentes aumentando os âmbitos mercantilizados. Tem superado essas crises historicamente diferindo os problemas que surgiram durante o período do pós-guerra para o futuro: para as gerações posteriores, para o meio ambiente e para o Sul. Hoje essa válvula está fechada. Assim, a evidência histórica permite entender que a solução passará por um aumento da repressão.

Não se trata, portanto, nem de recuperar o passado (o Estado Keynesiano ou fordista do pós-guerra) nem de negá-lo (substituí-lo por uma rearticulação com base no mercado). A democracia do século XXI deve dar conta das críticas ao Estado social e democrático de direito *realmente existente* realizadas durante décadas e a partir de diferentes lugares: do pensamento liberal (criticando o paternalismo, a ineficiência, o clientelismo); do marxismo (a manutenção da exploração, a alienação, o enfraquecimento da consciência crítica cidadã); do ambientalismo (o produtivismo esgotador da natureza); da crítica geracional (a hipoteca transmitida a quem vem depois); do pacifismo (o complexo econômico-militar, o keynesianismo de guerra, a violência); do feminismo (o patriarcado, a desigualdade de gênero); da crítica pós-moderna (o afogamento da individualidade e da diferença, a homogeneização cultural, as hierarquias); ou da periferia mundial (aumento das diferenças Norte-Sul, o neocolonialismo). Por isso, também as respostas tradicionais dadas pelos Estados do pós-guerra às demandas cidadãs devem ser revisadas criticamente. A experiência do século XX deve ser incorporada. Como a política é tanto *polis* (a cidade presente) quanto *polemos* (a cidade a ser construída), a ação coletiva deve assumir como eixo de sua reflexão uma clara noção do que quer conservar, do que quer banir e do que precisa construir.

Portanto, devem constatar-se com objetividade os erros cometidos na gestão do sistema capitalista tanto em sua vertente social-democrata quanto na vertente democrata cristã ou liberal. O desmantelamento do Estado social e democrático de direito ou o esgotamento do modelo não podem ser evitados simplesmente com posições reativas que não deem respostas ao fundo de verdade das críticas que exigem sua superação.

Por isso também que o virtuoso para a reinvenção da democracia não esteja na ideia de uma “pós-democracia” nostálgica que acredite ser possível um retorno ao passado, mas uma “pós-democracia” zangada que entenda que não existe possibilidade de recuperar o governo das maiorias sem recuperar o conflito.

As funções tradicionais desempenhadas nas democracias liberais pelos partidos políticos deixaram de ser patrimônio exclusivo dessas agremiações, embora elas continuem sendo responsáveis diretas pelo funcionamento estrutural do Estado. Se os partidos foram o instrumento por excelência na construção dos Estados sociais e democráticos de direito, no século XXI as próximas etapas emancipatórias terão como sujeitos de intermediação novas formas. Por tal motivo, essas novas formas de democracia devem incorporar o valor menos utilizado do político durante a segunda metade do século XX, que por sua vez é o que mais informação traz: a cidadania crítica organizada na pluralidade de movimentos sociais em busca da organização política perdida¹².

É fato que, quando a lógica linear é quebrada, surgem as que Ilya Prigogine (2002) chamou de “estruturas dissipativas”, aquele ponto em que o gelo se quebra e permite que dessa fratura emergam novas formas incalculáveis com a informação disponível. Mas, por isso mesmo, nada mais prudente do que tentar obter o máximo de informação possível. O cálculo infinitesimal deve ser aplicado à vida política, entendendo que, embora a transformação possa operar com bifurcações inesperadas, não deixará de ser verdade que as mudanças são resultado da tensão entre o que existe, sua crítica e a oferta de realidades alternativas.

Em uma palavra: a utopia, o motor que impulsiona a transformação social em uma direção definida pelas aspirações de uma cidadania formada e consciente. Mas uma utopia que, assim como rejeita o mito do Estado e o mito do mercado, não constrói o mito da sociedade civil como um espaço mágico onde a realidade humana aposta em se esquecer de sua condição. Uma utopia com os pés no chão. Em meio a uma época marcada pela confusão, o marco de convivência será determinado não tanto pelo que a cidadania sabe que quer, mas pelo que sabe que não quer. Não se trata, portanto, de um olhar melancólico para o passado, mas sim de uma resposta ousada à altura da crise sistêmica já consolidada desde o colapso do Lehman Brothers. Não menos democracia, mas mais democracia. Não menos conflito, mas mais conflito. As tribulações na Europa estão trazendo, como todas as épocas de crise, um grande esclarecimento. As eleições na Grécia em junho de 2012 mostraram que existe uma confrontação entre o quadro institucional vigente e as necessidades populares. A União Europeia – incluindo os partidos social-democratas, se levamos em consideração as declarações do presidente francês François Hollande nas quais desqualifica a opção da esquerda radical Syriza – não tolera processos eleitorais em que sejam confrontados modelos diferentes. O leque democrático restringe o escopo de decisão a questões anedóticas. A submissão da democracia europeia às demandas dos

¹² Ali onde no século XX foram os partidos políticos os principais fazedores dos Estados sociais e democráticos de direito, no século XXI eles necessariamente compartilharão protagonismo com (e às vezes o cederão a) os novos movimentos sociais e outras formas de organização política ainda não consolidadas que correspondem às novas realidades e demandas.

mercados, representados pela Alemanha, não só esvazia o constitucionalismo europeu do conteúdo social, como também retorna a situações da década de 1930 que geram preocupação. Se é possível que um país pequeno como a Grécia, com 11 milhões de habitantes, ponha em xeque à União Europeia – com 500 milhões – é apenas por causa do frágil arcabouço que sustenta a Europa e o modelo neoliberal. Daí a campanha do medo que, no entanto, não conseguiu evitar o apertado triunfo do “Não” ao pagamento da dívida no *referendum* realizado no país helênico.

Pós-democracia? O conceito não faz justiça nem à mudança de modelo em curso nem às razões estruturais do esvaziamento democrático. O cenário mostra uma paralisação dos processos democráticos e, do outro lado, o surgimento de novas formas de articulação política. É “populista” a politização de sociedades desestruturadas ou se trata do primeiro passo para a reinvenção – em qualquer direção – da democracia? A impotência da União Europeia – mas também do G-7, do G-8 ou do G-20 – demonstra que o que está em questão é o pacto social que sustentou o Estado social e democrático de direito. Pensar no que pode vir a substituí-lo dá vertigem. Os retrocessos são evidentes. O futuro, incerto. Tempos, portanto, de acompanhar com reflexão ousada a ação coletiva desobediente. A oscilação é, como viu a América Latina há uma década, entre o medo de voltar ao passado e a esperança de enfrentar a novidade marcada pela utopia. E, como nos convida a lembrar Jean-Paul Sartre, uma ideia, antes de se tornar realidade, tem uma estranha semelhança com a utopia.

REFERÊNCIAS

CROUCH, Colin. **Post-Democracy**. Cambridge: Polity, 2004.

DONATI, Pier Paolo. **Teoria relazionale della società**. Milano: Franco Angeli, 2002

DONATI, Pier Paolo. **Rethinking society**. Madrid: International University Editions, 2006.

FERRAJOLI, Luigi. **Poderes salvajes: la crisis de la democracia constitucional**. Madrid: Trotta, 2011.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Fundação Teotônio Vilela, 1998.

GIL CALVO, Enrique Gil Calvo. El declive del ciclo socialdemócrata. **El País**, 2012. Disponível em: http://elpais.com/elpais/2012/05/07/opinion/1336383964_425002.html. Acesso em: 21 maio 2012.

GÓMEZ GIL, Carlos. **Las ONG en la globalización: estrategias, cambios y transformaciones de las ONG en la sociedad global**. Barcelona: Icaria, 2004.

GUÉHENNO, Jean-Marie. **El fin de la democracia: la crisis política y las nuevas reglas del juego**. Barcelona: Paidós, 1995.

HIRSCHMAN, Albert O. **Shifting Involvements: Private Interest and Public Action**. Princeton: Princeton University Press, 1982.

HUNTINGTON, Samuel P. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

MARCHART, Olivier. **El pensamiento político posfundacional: la diferencia política en Nancy**, Lefort, Badiou y Laclau. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

MONEDERO, Juan Carlos. **El gobierno de las palabras: política para tiempos de confusión**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2011.

MONEDERO, Juan Carlos. Cuando el coro desafía a Ulises y a los dioses. **Cuarto Poder**, 2012a. Disponível em: <https://www.cuartopoder.es/ideas/opinion/2012/06/16/cuando-el-coro-desafia-a-ulises-y-a-los-dioses/>. Acesso em: 16 jun. 2012.

MONEDERO, Juan Carlos. Grecia: el coro todavía está deliberando. **Cuarto Poder**, 2012b. Disponível em: <https://www.cuartopoder.es/ideas/opinion/2012/06/18/grecia-el-coro-aun-esta-deliberando/>. Acesso em: 18 jun. 2012.

NUN, José. **Democracia: ¿Gobierno del pueblo o gobierno de los políticos?** México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

OFFE, Claus. Ingovernabilidade: sobre el renacimiento de las teorías conservadoras de la crisis. *In*: OFFE, Claus. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madrid: Sistema, 1988. p. 27-53.

PRIGOGINE, Ilya. **As leis do caos**. São Paulo: Unesp, 2002.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (ed.). **Governance without Government: Order and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SABINE, George. **Historia de la teoría política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

SCHMIDT, Manfred G. Vom Glanz und Elend der Demokratie nach 1989. *In*: LEGGEWIE, Claus e MÜNCH, Richard (ed.). **Politik im 21**. Frankfurt: Jahrhundert, 2001.

SCHMITT, Carl. **O conceito de político**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (ed.). **Transições do regime autoritário**. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1988. 4 v.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo (2002). Introdução: para expandir o cânone democrático. *In*: SOUZA SANTOS, Boaventura (ed.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conocer desde el Sur: para una cultura política emancipatoria**. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, UNMSM / Programa de Estudios sobre Democracia y Transformación Global, 2006. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Conocer%20desde%20el%20Sur_Lima_2006.pdf. Acesso em: 4 jan. 2022.

TODD, Emmanuel. **Après la démocratie**. Paris: Gallimard, 2008.

VON BEYME, Klaus. **Teoría política del siglo XX**. Madrid: Alianza, 1994.

WOLIN, Sheldon. Fugitive Democracy. *In*: Sheyla Benhabib (ed.). **Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political**. New Jersey: Princeton University Press, 1996.

ŽIŽEK, Slavoj. Democracia corrompida. **Cult**, 30.3.2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/democracia-corrompida/>. Acesso em: 30 mar. 2010.